



# Sumário

<b>Lista de Abreviaturas</b> .....	XXXI
<b>Introdução</b> .....	XXXV
<b>Capítulo 1 – O Direito Econômico</b> .....	1
1    Direito Econômico.....	1
1.1    Os três mitos do Direito Econômico .....	4
1.1.1    O primeiro mito – Direito Econômico como perversão .....	5
1.1.2    O segundo mito – Direito Econômico como solução .....	7
1.1.3    O terceiro mito – Direito Econômico como um fenômeno da década de 1930 .....	11
2    Diferenças entre Direito Econômico e outras disciplinas jurídicas .....	17
2.1    Direito Econômico e Direito Comercial (Empresarial).....	17
2.2    Direito Econômico e Direito Administrativo .....	19
2.3    Direito Econômico e Direito Civil .....	21
2.4    Direito Econômico e Direito Constitucional.....	23
2.5    Direito Econômico e Direito Tributário .....	23
2.6    Direito Econômico e Direito Financeiro .....	25
3    Direito Econômico como ramo jurídico ou como método .....	25
4    Direito Econômico: uma definição convencionalista .....	28
5    Normas de Direito Econômico .....	31
5.1    Normas de competência .....	32
5.2    Normas instrumentais.....	33
6    O Direito Econômico como disciplina universitária.....	36
6.1    Análise econômica do Direito.....	40

<b>Capítulo 2 – Transformações do Estado Contemporâneo</b> .....	43
1 A passagem do Estado-Nação para o Estado de relações supranacionais .....	44
1.1 Primeira fase – Estado-Nação .....	44
1.1.1 Crise econômica e autoritarismo político após 1929.....	50
1.1.2 Repercussões do Tratado de Versalhes .....	52
1.2 Segunda fase – Estado e as instituições intergovernamentais.....	54
1.3 Terceira fase – Estado e as instituições supranacionais .....	56
1.4 Conclusão.....	57
<b>Capítulo 3 – Direito Econômico e Globalização</b> .....	59
1 Primeiras considerações.....	59
2 Globalização e liberalização .....	60
3 Globalização e formação de blocos econômicos .....	71
4 Liberalização e formação de blocos econômicos .....	73
5 Globalização e nacionalismo .....	74
6 Blocos econômicos e nacionalismo .....	77
7 Crise do liberalismo no século XXI e seus efeitos .....	78
<b>Capítulo 4 – O Direito Econômico no Brasil</b> .....	81
1 Notas metodológicas.....	81
1.1 Interesse público e iniciativa privada.....	82
1.2 Periodização da regulação econômica no Brasil.....	83
1.3 O Direito Econômico brasileiro a partir de 1500 .....	83
2 Regulação patrimonialista (1500-1831).....	84
2.1 Política econômica do extrativismo .....	85
2.1.1 Da feitoria ao Governo-Geral.....	86
2.1.1.1 Feitorias .....	86
2.1.1.2 Donatarias.....	87
2.1.1.3 Governo-Geral .....	88
2.1.1.4 O engenho e a política econômica.....	89
2.1.1.5 Política comercial monopolística .....	91
2.1.1.6 A política do bandeirismo.....	92
2.1.1.7 Administração pública patrimonialista.....	93
2.1.1.8 Dominação comercial inglesa e a reação de Pombal.....	96
2.1.2 O Vice-Reinado .....	97
2.1.3 A Corte portuguesa no Brasil .....	97
2.1.3.1 Instrumentos de regulação patrimonialista.....	99
2.1.4 O Primeiro Reinado.....	102
2.1.4.1 A Constituição do Império.....	103

3	Regulação desconcentrada.....	104
3.1	O Segundo Reinado.....	104
3.1.1	Papel do Estado na economia do Império .....	105
3.1.2	Política econômica escravagista .....	107
3.1.3	Política monetária.....	109
3.1.4	Política industrial.....	110
3.1.5	Serviços públicos.....	111
3.1.5.1	Setor ferroviário.....	111
3.1.5.2	Outros serviços .....	113
3.1.6	O Judiciário e as políticas econômicas do Império .....	115
3.1.7	O Conselho de Estado Imperial e o liberalismo econômico.....	115
3.2	A República Velha (1889-1930).....	117
3.2.1	O Encilhamento .....	117
3.2.2	A Constituição Republicana de 1891 .....	118
3.2.3	O Convênio de Taubaté .....	120
3.2.4	O impacto da Primeira Guerra Mundial .....	123
3.2.5	Serviços públicos.....	123
3.2.6	Política monetária.....	126
4	Regulação Concentrada (1930-1990).....	127
4.1	A era Vargas.....	127
4.1.1	Intervencionismo estatal .....	127
4.1.2	A Constituição de 1934 .....	130
4.1.3	O Estado Novo (1937-1945) .....	131
4.1.4	A Constituição de 1937 .....	133
4.1.5	O corporativismo econômico .....	135
4.1.6	Política de preços e abastecimento .....	136
4.1.7	Serviços públicos.....	137
4.1.7.1	O Código de Águas .....	141
4.1.8	Direito concorrencial .....	142
4.1.9	Legislação social .....	143
4.1.10	Política monetária.....	143
4.2	Período Dutra .....	144
4.2.1	A Constituição de 1946 .....	146
4.2.2	Política de preços.....	148
4.3	O segundo período de Vargas.....	149
4.3.1	Política de preços.....	149
4.3.2	Política monetária.....	150
4.3.3	Serviços públicos.....	151

4.3.4	O petróleo .....	151
4.4	Período Kubitschek .....	153
4.5	Período Jânio Quadros-João Goulart.....	156
4.5.1	Política de preços e abastecimento .....	157
4.5.2	Direito concorrencial .....	157
4.5.3	Serviços públicos.....	159
4.6	O período do regime militar .....	161
4.6.1	Comércio exterior .....	161
4.6.2	Política monetária.....	162
4.6.3	Política habitacional .....	163
4.6.4	A Constituição de 1967 .....	164
4.6.5	Serviços públicos.....	168
4.6.6	Políticas salariais .....	169
4.6.7	Política de preços.....	172
4.6.8	Política tecnológica .....	173
4.7	A transição para a democracia.....	175
4.7.1	Planos de estabilização econômica.....	177
4.7.1.1	Plano Cruzado .....	177
4.7.1.2	Plano Bresser .....	179
4.7.1.3	Plano Verão.....	180
4.7.1.4	Plano Collor.....	181
4.7.1.5	Plano Real.....	183
4.8	Crise do Estado como regulador da economia .....	184
5	Período contemporâneo .....	185
5.1	Plano diretor da reforma do aparelho de Estado .....	186
5.2	Política pública de desestatização .....	187
5.3	Agências reguladoras .....	189
5.4	Política de preços administrados.....	191
5.4.1	Preços de medicamentos.....	191
5.4.2	Preços de anuidades escolares.....	192
5.4.3	Retribuições pecuniárias a planos de saúde.....	193
5.4.4	Preços de combustíveis.....	195
6	Os direitos de liberdade econômica.....	199
<b>Capítulo 5 – O Direito Econômico e os Tribunais.....</b>		<b>203</b>
1	Notas introdutórias.....	203
2	Limites às políticas públicas econômicas .....	203
2.1	Serviços postais .....	208
2.2	Controle judicial da política de desestatização .....	210

2.3	Competência municipal.....	214
3	Prestação positiva dos tribunais.....	215
3.1	Efetivação judicial de normas programáticas.....	217
3.1.1	Mandados de Injunção.....	220
3.1.2	Taxa de juros.....	221
3.1.3	Direito à saúde.....	222
3.1.4	Erradicação do analfabetismo.....	223
3.1.5	Ainda o direito à saúde.....	224
3.1.6	Garantia de salário mínimo digno.....	226
3.1.7	Estado de Coisas Inconstitucional.....	227
3.2	Limites do Ativismo Judicial.....	228
4	O Direito e a pressão dos fatos econômicos.....	233
4.1	A questão da fonte normativa.....	233
4.2	Racionalidade econômica <i>versus</i> positividade jurídica.....	234
4.2.1	Processo de desconstitucionalização.....	235
4.2.2	Utilitarismo jurídico.....	235
	<b>Capítulo 6 – Princípios Constitucionais da Ordem Econômica.....</b>	<b>239</b>
1	Introdução.....	239
2	Doutrina das modalidades normativas.....	241
2.1	Critério da exigibilidade do Estado.....	242
2.2	Critério da vinculação.....	244
3	Classificação das normas da Ordem Econômica constitucional.....	246
3.1	Valorização do trabalho e da livre-iniciativa (art. 170, <i>caput</i> ).....	246
3.2	Justiça social (art. 170, <i>caput</i> ).....	246
3.3	Soberania nacional (art. 170, I).....	247
3.4	Função social da propriedade (art. 170, III).....	247
3.5	Livre concorrência (art. 170, IV).....	247
3.6	Defesa do consumidor (art. 170, V).....	248
3.7	Defesa do meio ambiente (art. 170, VI).....	249
3.8	Redução das desigualdades regionais e sociais (art. 170, VII).....	249
3.9	Busca do pleno emprego (art. 170, VIII).....	250
3.10	Direitos sociais.....	250
4	Prestações estatais e suas espécies.....	250
4.1	Prestações estatais normativas gerais.....	251
4.2	Prestações estatais normativas individuais.....	252
4.3	Prestações estatais operacionais positivas.....	253
4.4	Prestações estatais operacionais negativas.....	253

5	Consequências relevantes da distinção entre Normas Programáticas e Princípios Jurídicos.....	254
5.1	Efeitos sobre os princípios constitucionais e sobre as normas programáticas .....	254
5.2	Colisão e sopesamento .....	258
6	Casuística constitucional e o Supremo Tribunal Federal.....	259
6.1	Princípio da Valorização do Trabalho .....	259
6.2	Princípio da Liberdade de Iniciativa .....	261
6.2.1	Controle de Acesso ao Mercado .....	262
6.2.1.1	Privilégio .....	263
6.2.1.2	Monopólios.....	263
6.2.1.3	Outras situações.....	264
6.2.2	Controle do desempenho das atividades.....	266
6.3	Justiça social.....	269
6.4	Soberania nacional .....	271
6.5	Função social da propriedade.....	272
6.6	Livre concorrência.....	274
6.7	Defesa do consumidor.....	277
6.8	Defesa do meio ambiente .....	278
6.9	Redução das desigualdades regionais e sociais.....	281
6.10	Busca do pleno emprego .....	282
6.11	Direitos sociais .....	283
6.11.1	Direito social à saúde.....	283
6.11.2	Direito Social à educação .....	287
7	Conclusões .....	289
	<b>Capítulo 7 – Novos Instrumentos de Regulação Econômica.....</b>	<b>291</b>
1	Agências reguladoras.....	291
1.1	Inovações das agências reguladoras.....	294
1.2	Independência das agências reguladoras.....	296
1.2.1	Distinção entre a autorregulação e a autonomia regulatória.....	300
1.3	Regime jurídico das agências reguladoras .....	303
1.4	Controle dos atos das agências reguladoras .....	304
2	Agências executivas.....	307
3	O Terceiro Setor .....	311
3.1	Organizações Sociais (OS).....	311
3.2	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).....	313
3.3	Organizações Cíveis de Recursos Hídricos.....	314
3.4	Fundações de Apoio a Universidades Públicas .....	315

3.5	Organizações da Sociedade Civil – OSC .....	316
4	Notas sobre o Contrato de Gestão no Direito Brasileiro .....	317
5	Parcerias Público-Privadas (PPP) .....	321
5.1	Serviços abrangidos pelas PPP .....	324
5.2	Caráter federal ou nacional da Lei das PPP .....	326
<b>Capítulo 8 – Direito Concorrencial .....</b>		<b>327</b>
1	Origens do Direito Concorrencial .....	327
2	Normas estruturais e normas de ajuste .....	329
3	Liberdade de iniciativa e liberdade de concorrência .....	330
4	Abrangência do direito concorrencial no Brasil .....	332
4.1	Tutela constitucional da concorrência .....	332
4.2	Regulação concorrencial e atuação dos órgãos antitruste .....	334
5	O Cade sob a Lei nº 12.529/11 .....	338
5.1	Estrutura institucional do Cade .....	339
5.1.1	Tribunal Administrativo de Defesa Econômica .....	339
5.1.2	Superintendência-Geral do Cade .....	341
5.1.3	Departamento de Estudos Econômicos .....	343
5.1.4	Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade .....	344
5.1.5	Ministério Público Federal perante o Cade .....	344
5.1.6	Gestão Administrativa, Orçamentária e Financeira do Cade .....	345
5.2	Controle de Conduta .....	345
5.2.1	Compromisso de cessação de prática .....	350
5.3	Atos de concentração .....	351
5.3.1	Acordo em Controle de Concentrações – ACC .....	355
5.4	Aspectos processuais .....	355
5.4.1	Disposições gerais .....	356
5.4.2	Processo Administrativo no controle de Atos de Concentração Econômica .....	357
5.4.3	Inquérito administrativo e procedimento preparatório .....	360
5.4.4	Processo administrativo por infrações à ordem econômica .....	361
5.4.5	Medida preventiva .....	362
5.4.6	Compromisso de cessação .....	362
5.4.7	Programa de leniência .....	362
5.5	Outras disposições .....	364
6	Serviços públicos e defesa da concorrência .....	364
6.1	Serviços públicos e o Estado demiurgo .....	365
6.2	Formas de regulação pela concorrência .....	369

6.2.1	A competição nos serviços públicos como mecanismo de controle....	370
6.2.2	Controle prévio às privatizações .....	373
6.2.3	Controle <i>a posteriori</i> das concessões e privatizações .....	375
7	A autonomia do Cade.....	376
7.1	Papel do Cade no programa de desestatização.....	376
7.2	Papel do Cade em relação às políticas públicas .....	378
7.2.1	Funções jurídicas não excludentes .....	378
7.2.2	Controle de acesso ao mercado e controle da concorrência .....	379
7.2.3	A questão nos Tribunais.....	382
	<b>Capítulo 9 – Atividades Econômicas e Serviço Público.....</b>	<b>385</b>
1	Notas introdutórias.....	385
2	Serviço público em sentido amplo e em sentido estrito.....	387
3	Posição da doutrina nacional .....	388
3.1	Definições convencionalistas de serviços públicos.....	388
3.2	Definições essencialistas de serviço público.....	389
3.3	Tratamento constitucional dos serviços públicos.....	391
4	Inexistência de um conceito jurídico de serviço público na atual Constituição .....	395
5	Regime jurídico do serviço público .....	398
5.1	Análise jurídica do art. 175 da CF.....	398
5.2	Regime de direito público .....	401
5.3	Concessões e permissões de serviço público .....	403
5.3.1	As leis de concessão em vigor no Brasil .....	403
5.3.2	Características gerais dos regimes de concessão e permissão.....	404
5.3.3	Todo serviço público é delegável .....	406
5.3.4	É necessária prévia autorização legislativa para conceder ou permitir serviços públicos?.....	406
5.4	Regulação pela competição .....	409
6	Serviços públicos estaduais e municipais .....	411
7	A distinção entre serviços públicos e atividades econômicas desempenhadas pelo Estado.....	416
8	A distinção entre atividades econômicas em sentido estrito e serviços públicos .....	421
8.1	Regulação constitucional das atividades econômicas .....	423
9	Classificação das atividades do Estado.....	425
9.1	Funções públicas .....	425
9.2	Serviços públicos em sentido estrito .....	432
9.3	Atividades econômicas desempenhadas pelo Estado.....	433



10	Conclusões parciais.....	435
11	Os serviços públicos acabaram? .....	436
12	Serviços públicos na União Europeia.....	437
12.1	Serviços de interesse econômico geral.....	437
12.2	Diretivas europeias.....	445
12.3	Setor de gás .....	446
12.3.1	Regras de acesso ao mercado .....	447
12.3.2	Condições para o desempenho da atividade.....	447
12.3.3	Acesso à infraestrutura .....	448
12.4	Setor elétrico .....	448
12.4.1	Regras de acesso ao mercado .....	448
12.4.2	Condições para o desempenho da atividade.....	449
12.4.3	Regras de acesso à infraestrutura .....	450
12.5	Setor de transporte ferroviário.....	451
12.5.1	Acesso ao mercado .....	451
12.5.2	Acesso à infraestrutura .....	451
12.5.3	Condições para o desempenho da atividade.....	452
12.6	Serviço postal.....	452
12.6.1	Serviços reservados e não reservados.....	453
12.6.2	Regras de acesso ao mercado .....	453
12.6.3	Condições para o desempenho da atividade.....	454
12.7	Direito italiano.....	454
12.7.1	Serviços de energia elétrica e gás canalizado .....	456
12.7.2	Transporte ferroviário.....	456
12.7.3	Serviço postal .....	457
12.7.4	Telecomunicações.....	458
12.8	Direito espanhol .....	458
12.8.1	Energia elétrica.....	459
12.8.2	Serviços de gás canalizado .....	461
12.8.3	Transportes .....	461
12.8.4	Serviço postal .....	462
12.8.5	Telecomunicações.....	462
12.9	Direito alemão .....	463
12.9.1	Energia elétrica.....	464
12.9.2	Serviços de gás canalizado .....	465
12.9.3	Transporte ferroviário.....	465
12.9.4	Serviço postal .....	465
12.10	Direito britânico .....	466

12.10.1	Energia elétrica.....	467
12.10.2	Serviços de gás canalizado.....	467
12.10.3	Transporte ferroviário.....	468
12.10.4	Serviço postal.....	468
12.11	Direito francês.....	469
12.11.1	Serviços de energia elétrica e gás canalizado.....	469
12.11.2	Transporte ferroviário.....	471
12.11.3	Serviço postal.....	472
12.12	Análise comparativa dos diversos sistemas regulatórios.....	472
<b>Capítulo 10 – Direito Econômico e Instituições Internacionais.....</b>		<b>479</b>
1	Organização Mundial do Comércio (OMC).....	480
1.1	Breve histórico da OMC.....	480
1.2	Funções.....	481
1.3	Órgãos.....	481
1.4	Resolução de conflitos.....	482
1.5	Soluções e problemas do livre-comércio mundial.....	482
1.6	As negociações da Rodada de Doha.....	485
1.6.1	OMC e liberalização.....	486
1.6.2	Produtos manufaturados e produtos agrícolas.....	490
1.6.3	Protecionismo agrícola nos países desenvolvidos.....	491
1.6.4	Acordo sobre Agricultura da Rodada Uruguai.....	493
1.6.5	Decisões em matéria agrícola.....	496
2	Fundo Monetário Internacional (FMI).....	497
2.1	Pequeno histórico do FMI.....	497
2.2	Funções.....	498
2.3	Órgãos.....	499
3	Banco Mundial.....	500
4	ONU.....	500
4.1	Declarações.....	501
4.2	Instituições e programas.....	502
5	O Sistema Generalizado de Preferências (SGP).....	503
<b>Capítulo 11 – Direito Econômico e Blocos Econômicos.....</b>		<b>507</b>
1	Estágios de Integração Econômica.....	507
2	O papel da CEPAL na formação de blocos econômicos na América Latina.....	510
2.1	ALADI.....	512

3	Mercosul .....	514
3.1	Pequeno histórico da evolução do Mercosul.....	514
3.2	O Tratado de Assunção.....	515
3.3	O Protocolo de Ouro Preto .....	516
3.4	Órgãos do Mercosul .....	517
3.5	Sistema de tomada de decisões .....	518
3.6	Sistema de solução de controvérsias do Mercosul.....	519
3.7	O Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (FOCEM) .....	521
4	Pacto Andino e Comunidade Andina.....	522
5	A Aliança do Pacífico.....	525
6	ALCA – Área de Livre-Comércio das Américas .....	525
7	Problemas recorrentes na formação de blocos econômicos na América Latina .....	528
8	Requisitos para o desenvolvimento de um Direito Público Comunitário no Mercosul.....	532
9	União Europeia .....	541
9.1	Pequeno histórico da evolução da União Europeia.....	542
9.1.1	A Constituição europeia .....	544
9.1.2	O Tratado de Lisboa .....	545
9.2	Órgãos da União Europeia .....	546
9.2.1	Parlamento Europeu .....	546
9.2.2	Conselho Europeu .....	547
9.2.3	Conselho .....	547
9.2.4	Comissão Europeia.....	548
9.2.5	Corte de Justiça da União Europeia.....	548
9.2.6	Banco Central Europeu e Sistema Europeu de Bancos Centrais....	549
9.3	Políticas econômicas comunitárias.....	550
9.3.1	O fim da arquitetura em três pilares da União Europeia.....	551
9.3.2	Livre movimentação de bens, pessoas, serviços e capitais entre os Estados-membros .....	552
9.3.2.1	Livre movimentação de bens.....	552
9.3.2.2	Livre circulação de pessoas e livre prestação de serviços.....	553
9.3.2.3	Livre circulação de capitais.....	554
9.3.2.4	Aproximação das leis dos Estados-membros .....	555
9.3.3	Política de concorrência .....	557
9.3.4	Tarifas externas comuns – união aduaneira .....	558
9.4	Traços característicos do direito comunitário .....	558
9.4.1	Princípio da integração .....	558

9.4.2	Efeito direto, aplicabilidade direta e primazia.....	558
9.4.2.1	Efeito direto.....	559
9.4.2.2	Aplicabilidade direta.....	560
9.4.2.3	Primazia.....	561
9.4.3	Princípio da aplicação uniforme.....	561
9.4.4	Princípio da subsidiariedade.....	562
9.4.5	Competências.....	562
9.5	Políticas econômicas comunitárias em especial.....	562
9.5.1	Política monetária.....	562
9.5.2	Política de coesão social.....	564
9.5.3	Política Agrícola Comum (PAC).....	566
9.5.4	Política de proteção aos consumidores.....	568
9.6	Funções da Corte de Justiça da União Europeia.....	570
<b>Bibliografia.....</b>		<b>573</b>
<b>Índice Alfabético-remissivo.....</b>		<b>587</b>